



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí

Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
Gerência de Compras, Licitações e Contratos
Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 90031/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23209.001501/2025-39

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, criado pela Lei nº 11.892/2008, mediante os Pregoeiros designados pela PORTARIA Nº 568 DE 16 DE MAIO DE 2024, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

1. DA SESSÃO DA SESSÃO

DIA: 27 de maio de 2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCE : 8:00 às 16:00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br

CÓDIGO UASG: 158122

- 1.1. Critério de julgamento: menor preço por item
- 1.2. Modo de Disputa: Aberto /Fechado
- 1.3. Preferência ME/EPP Equiparadas: Não

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, para aquisição de equipamentos de proteção e segurança, destinado aos servidores do IFMG - Campus Bambuí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

4.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico

- 4.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 4.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.
- 4.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 4.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
 - 4.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa
 - 4.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 4.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 4.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - 4.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

- 5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 5.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 5.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 5.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 5.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao

cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

5.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

5.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

5.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

5.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

6. FASE DE LANCES

6.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

6.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

7.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

7.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados,

exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

7.1.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.1.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

7.1.5. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 4.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.6. SICAF;

7.1.7. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.8. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha

estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.,

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

8.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte quatro) horas sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de

capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11. as peculiaridades do caso concreto;

9.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

9.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento

fracassado), a Administração poderá:

- 10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 10.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

Bambuí, 08 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Yara de Matos Mendes**, Assistente em Administração, em 08/05/2025, às 11:18, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2291967** e o código CRC **46FB07A4**.

23209.001501/2025-39

2291967v1

Termo de Referência 90/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
90/2025	158122-INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG	RODRIGO VIEIRA DE MELO	06/05/2025 09:02 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23209.001501/2025-39

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de equipamentos de proteção e segurança, destinados aos servidores do IFMG - Campus Bambuí, conforme especificações constantes neste Termo de Referência:

Item	Descrição detalhada	Unidade	Quantidade total	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Avental de proteção em PVC forrado com poliéster, em tamanho grande, dimensões: 120cm x 70cm, na cor branca, espessura de 0,35 à 0,40mm, com prendedores do mesmo material soldados ao avental, largura mínima de 12 mm, passando sobre os ombros e na cintura, acabamento impecável.	Unid	24		
2	Bota de borracha branca: bota de borracha confeccionada em PVC injetado, cor branca, cano de comprimento aproximado de 325 mm, com forro interno em poliéster, solado com desenho antiderrapante. Tamanho: nº 40.	Par	20		
3	Bota de borracha branca: bota de borracha confeccionada em PVC injetado, cor branca, cano de comprimento aproximado de 325 mm, com forro interno em poliéster, solado com desenho antiderrapante. Tamanho: nº 42.	Par	25		
4	Bota de borracha branca: bota de borracha confeccionada em PVC injetado, cor branca, cano de comprimento aproximado de 325 mm, com forro interno em poliéster, solado com desenho antiderrapante. Tamanho: nº 44.	Par	8		
	Bota de segurança com elástico lateral, bico de PVC e solado em PU bidensidade. Características do produto: material: couro resistente e flexível; Bico: bico de PVC				

5	para maior proteção contra impactos leves; Solado: PU bidensidade, resistente a escorregamentos e abrasão. Elástico lateral: para fácil ajuste e praticidade no dia a dia. Certificado de Aprovação (C.A): 48413. Referência: Bracol. Tamanho: nº 40.	Par	30		
6	Bota de segurança com elástico lateral, bico de PVC e solado em PU bidensidade. Características do produto: material: couro resistente e flexível; Bico: bico de PVC para maior proteção contra impactos leves; Solado: PU bidensidade, resistente a escorregamentos e abrasão. Elástico lateral: para fácil ajuste e praticidade no dia a dia. Certificado de Aprovação (C.A): 48413. Referência: Bracol. Tamanho: nº 42.	Par	30		
7	Bota de segurança com elástico lateral, bico de PVC e solado em PU bidensidade. Características do produto: material: couro resistente e flexível; Bico: bico de PVC para maior proteção contra impactos leves; Solado: PU bidensidade, resistente a escorregamentos e abrasão. Elástico lateral: para fácil ajuste e praticidade no dia a dia. Certificado de Aprovação (C.A): 48413. Referência: Bracol. Tamanho: nº 44.	Par	4		
8	Bota de pescador tipo pantaneiro, perneira de segurança até o joelho 100% impermeável com bota de PVC acoplada através de solda eletrônica e com ajuste através de cordão. Indicado para pesca, limpeza e outras atividades de contato com líquidos, ambientes úmidos e pantanosos. Especificação técnica: CA: 28121; Biqueira: Sem bico de aço, Couro do cabedal: PVC, Forração: Sim; Cor: Preta; Cano com aproximadamente 60 cm de altura. Tamanho: nº 42.	Unid	4		
9	Capa de chuva, material PVC, cor amarela, com capuz e manga. Tamanho: GG.	Unid	20		
10	Chapéu de palha aba larga estilo peruano, possui acabamento na borda para não desfiar; tamanho único; diâmetro: 44cm. Ideal para pescaria, jardinagem e atividades expostas ao tempo. Proporciona proteção contra sol e sereno.	Unid	12		
11	Cinturão de segurança com talabarte duplo em Y, com 4 pontos de ancoragem, trava dupla de absorvedor de energia, proteção contra quedas acima de 2 metros, cinto com apoio lombar super confortável, talabarte com trava de 55 mm.	Kit	1		
	Colete jaleco salva vidas, classe III,				

12	confeccionado em polietileno, cor laranja, equipamento de segurança essencial para atividades aquáticas em águas abrigadas, como rios, lagos, represas e beira-mar. Homologado pela Marinha para navegação interior. Fabricado com base nos requisitos SOLAS da IMO (Organização Marítima Internacional) para uso em navegação interior conforme determinação em lei da Marinha Brasileira. Item de segurança e salvação. Principais características: apito laranja com amarração e bolso; três fechos acetal 40 mm para ajuste de cintura e peito, dois fechos acetal 25 mm nas fitas entrepernas; tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e entrepernas; acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Tamanho: G. Suporta até: acima de 110 Kg. Referência: Marca Ativa.	Unid	4		
13	Cartucho químico indicado para proteção respiratória contra vapores orgânicos e gases ácidos, utilizado com respiradores semifaciais e faciais inteiras. O cartucho pode ser utilizado para concentrações de vapor de até 10 vezes o limite de exposição permissível (PEL) usando-se peças semifaciais, ou até 100 vezes o PEL quando se usa peças faciais inteiras com testes quantitativos de ajuste. ABNT NBR 13696. Compatibilidade: máscara 3M, modelo 6003.	Unid	10		
14	Macacão jardineira de PVC com bota acoplada emborrachada, com bolso interno, cordão para ajuste ao peito e suspensório com engate e ajuste de tamanho. Informações técnicas: Espessura do Material: 0,80 mm; certificado de aprovação: 28.118; Cor: verde; com botas de borracha tamanhos: 44.	Unid	4		
15	Luvas de segurança para proteção das mãos contra agentes químicos, em látex sintético nitrílico, palma antideslizante, tamanho G. CA: 33334.	Par	2		
16	Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; superfície lisa. Lubrificada com pó bio-absorvível; atóxica e apirogênica; descartável e de uso único. Aprovadas pelo Ministério do Trabalho (CA): 29.996; Registro Ministério da Saúde (M.S.): 40151900. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação ou materiais. Validade mínima de 2 anos na data de entrega. Tamanho: G. Caixa com 100 unidades (50 pares). Referência: Descarpack.	Caixa	6		
	Par de luva de látex, cano longo e sem				

17	forro. Punho com virola que prende-se ao antebraço. Antiderrapante extra. Tamanho M.	Par	40		
18	Luva em látex natural, lisa, interior flocado, palma antiaderente, comprimento 31 cm, espessura 0,50mm, tamanho GRANDE, nas cores verde ou amarela. Padrão Mucambo.	Par	120		
19	Luva de segurança confeccionada em vaqueta asa natural, com reforço palmar interno, com elástico embutido no dorso e acabamento em viés laranja. Costuras com linha de nylon. Comprimento 25 cm. Tamanho único.	Par	20		
20	Luva de raspa cano longo (20 cm) com tira de reforço externo em raspa entre os dedos polegar e indicador. CA: 26749.	Par	5		
21	Luva de cozinha industrial térmica até 250°, modelo 5 dedos, comprimento da luva 45 cm, cor azul, impermeável. Certificado de aprovação: 28689. Luva de segurança confeccionada em tecido especial com tratamento impermeabilizante em silicone; forração destacável, com uma camada em não tecido de fibra de poliéster e uma camada de tecido de algodão com tratamento impermeabilizante em silicone.	Unid	3		
22	Luva tricotada (par), luva de segurança tricotada em quatro fios de algodão, acabamento em overloque, punho com elástico, pigmentos de PVC na cor preta na palma e nos dedos.	Unid	30		
23	Luvax em látex 100% natural, sem pó, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; superfície lisa, punho com bainha, espessura mínima: 0,08 mm, cor: natural, comprimento: 23 cm. Registro no Ministério da Saúde (M.S.) Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação. Validade mínima de 2 anos na data entrega. Tamanho: M. Caixa com 100 unidades (50 pares). Referência: Medix.	Unid	3		
24	Luvax em látex 100% natural, sem pó, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; superfície lisa, punho com bainha, espessura mínima: 0,08 mm, cor: natural, comprimento: 23 cm. Registro no Ministério da Saúde (M.S.) Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação. Validade mínima de 2 anos da data entrega. Tamanho: G. Caixa com 100 unidades (50 pares). Referência: Medix.	Unid	3		
	Luva plástica transparente que protege os				

25	alimentos e produtos do contato das mãos, mantendo a higiene na atividade de contato ou manipulação de alimentos e/ou materiais. Tamanho único. Aplicação: restaurantes, confeitarias, cozinhas industriais, bufês, congêneres. Confortável, segura e resistente. Pacote com 100 unidades.	Pcte	15		
26	Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural curtida ao cromo, com reforço palmar interno, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés, costurada com linha de nylon, comprimento do punho 15 cm e 20 cm em raspa, com número do Certificado de Aprovação (C.A.), tamanho a definir. Marca de Referência: Luveq.	Par	15		
27	Lente escura para máscara de solda - Lentes IRUV para processos de soldagem. Usadas em máscaras, escudos e óculos de solda. Modelo: retangular. Tamanho: 51 mm x 108 mm. Tonalidade 10 e 12.	Unid	10		
28	Lente redonda incolor 50 mm para óculos de solda maçariqueiro tipo concha.	Unid	10		
29	Máscara descartável tripla camada com filtro com eficiência bacteriana, clips nasal e elástico. Produzido em TNT (Tecido não Tecido); composto em 100% de polipropileno atóxico; tecido anti-alérgico; não esterilizada; não inflamável. EFB = 96,9% - eficiência de filtração bacteriana. Gramatura: 60g. Cor: branco. Embalagem c/ 100 unidades. Produto com registro na ANVISA.	Cx	2		
30	Máscara cirúrgica descartável com clipe nasal ajustável totalmente revestido, atóxica, hipoalérgica, oferecendo filtração de no mínimo 95% de eficácia. Com elástico; tripla camada com filtro que proporciona uma BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%; Tiras super resistentes de 40 cm de comprimento; Clips nasal de 14 cm de comprimento; Cor branca. Produto com registro na ANVISA. Caixa com 50 unidades. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Cx	20		
	Máscara de solda automática, com auto escurecimento e tonalidades fixas (tonalidade clara conforme DIN3 e tonalidade escura conforme DIN11). Carcaça fabricada em plástico antichama de elevada resistência e equipada com carneira articulada horizontal e verticalmente. Lente protetora em acrílico, removível para limpeza e resistente a impactos. Possibilidade de alimentação elétrica do filtro através de bateria e				

31	automaticamente, pela luz emitida pelo arco elétrico da solda. Proteção para raios ultravioletas e infravermelhos. Dimensões da lente: área de visão: comprimento entre 80 e 100mm, largura entre 45 e 60mm, espessura entre 4 e 6mm. Faixa mínima de temperatura de trabalho: de -15 a 60°C. Acompanha bateria interna de íons de lítio para alimentação elétrica da máscara. Deve possuir C.A. aprovado junto aos órgãos reguladores. Inclui manual de instruções em português e garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação.	Unid	2		
32	Óculos de segurança confeccionado em policarbonato óptico, proteção: UVA e UVB; Filtro: 99,9%, cor da lente: fumê; Vedação: lateral; Armação: nylon.	Unid	12		
33	Óculos de proteção ampla visão, com lente de proteção em policarbonato, com tratamento anti- risco, antiembaçante e UV, ventilação indireta, armação em silicone e elástico de memória ajustável. Acompanha bolsa em nylon para armazenagem. Lentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Oferece vedação cobrindo toda a região em torno dos olhos do usuário. Possui sistema de ventilação indireta. Modelo ampla visão oferecendo proteção além dos modelos comuns. Com tirante elástico que permite ajuste. .	Unid	10		
34	Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de material sintético, fixadas através de solda eletrônica; três hastes de polipropileno na parte frontal, costuras de viés nas bordas para arremate, fechamento traseiro através de velcro para proteção do usuário contra lesões provocadas por materiais e ou objetos cortantes, escoriantes, perfurantes e picadas de animais peçonhentos. CA 44234.	Par	30		
35	Protetor facial de segurança, constituído de carneira de plástico ajustável e visor transparente incolor com cerca de 195 mm de largura e 250 mm (10") de altura, visor preso à coroa por meio de rebites metálicos.	Unid	6		
36	Creme protetor contra raios solares. Protege a pele contra a ação nociva dos raios ultravioleta dos tipos UVA e UVB emitidas pelos raios solares em atividades desenvolvidas a céu aberto. Ampla proteção UVB + Moderada	Tub	30		

	Proteção UVA FPS 50, resistente a água, bisnagas com 120 g. Com CA (certificado de aprovação no MTE).				
37	Respirador máscara 3M, semifacial 6200 completa; fabricado em elastômero de borracha de alta qualidade. Acompanha: 01 par de cartuchos químicos 6003 para gases ácidos/vapores orgânicos, 01 par de pré-filtros de algodão mecânico P2 5N11, 01 par de retentores 501. CA: 4115. Tamanho: P.	Unid	3		
38	Respirador máscara 3M, semifacial 6200 completa; fabricado em elastômero de borracha de alta qualidade. Acompanha: 01 par de cartuchos químicos 6003 para gases ácidos/vapores orgânicos, 01 par de pré-filtros de algodão mecânico P2 5N11, 01 par de retentores 501. CA: 4115. Tamanho: M.	Unid	5		
39	Respirador máscara 3M, semifacial 6200 completa; fabricado em elastômero de borracha de alta qualidade. Acompanha: 01 par de cartuchos químicos 6003 para gases ácidos/vapores orgânicos, 01 par de pré-filtros de algodão mecânico P2 5N11, 01par de retentores 501. CA: 4115. Tamanho: G.	Unid	12		
40	Respirador descartável, classe PFF-2, para proteção contra: Poeira Tóxicas, Névoas, Fumos e Vapores Orgânicos. Respirador de formato dobrável sem manutenção. Fabricado com quatro camadas de materiais de não tecido, sendo a parte externa composta de não-tecido tratada com material para não absorção de fluidos líquidos que protege o filtro eletrostático e o material adsorvente carregado com carbono ativo. Internamente é adicionado não tecido anti-alérgico para contato facial. Neste conjunto são fixados uma válvula de exalação, duas tiras de elásticos sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto, e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Respirador testado conforme norma NBR 13698 para peças semi faciais filtrante. Indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras tóxicas como poeiras de grãos, cimento portland, névoas, e fumos metálicos até 10 vezes o seu limite de tolerância, pintura spray e conforto olfático de vapores orgânicos. Com CA (Certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Emprego).	Unid	300		
41	Trava para proteção do interior do gabinete, cabos do mouse, teclado, monitor LCD e kit multimídia, com slot do tipo universal kensington. Composto por adaptador em zamak, fechadura de	Unid	100		

	ação e chave micromecânica do tipo canhão.				
42	Touca hospitalar, material : não tecido 100% polipropileno, modelo: com elástico em toda volta, cor : sem cor, gramatura : cerca de 20 g,m2, tamanho : único, tipo uso : descartável, característica adicional 01: hipoalergênica, atóxica, inodora, unissex.	Cx	9		

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.1.3.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 06 meses contados do(a) emissão da nota de empenho.

1.4 O custo estimado total da contratação será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 O uso de equipamentos de proteção e segurança é fundamental para garantir a integridade física dos servidores. Tais equipamentos ajudam a prevenir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, especialmente em atividades que envolvem o uso de máquinas, ferramentas ou substâncias químicas, protegendo o trabalhador contra riscos físicos, químicos, biológicos e outros.

2.2 O uso de equipamentos de proteção e segurança está diretamente ligado ao cumprimento das leis vigentes no país. Essas normas devem ser criteriosamente seguidas por empregadores e colaboradores, visando o bem estar comum. Ao incentivar o uso dos equipamentos corretos, a instituição demonstra respeito às referidas regras, evitando possíveis penalidades legais, multas ou sanções, além de demonstrar com efetividade e transparência sua responsabilidade e seu compromisso com a segurança coletiva, ajudando a criar um ambiente de trabalho e estudo mais seguro para todos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 O objeto desta contratação deverá atender as seguintes especificações:

Item	Descrição detalhada
1	Avental de proteção em PVC forrado com poliéster, em tamanho grande, dimensões: 120cm x 70cm, na cor branca, espessura de 0,35 à 0,40mm, com prendedores do mesmo material soldados ao avental, largura mínima de 12 mm, passando sobre os ombros e na cintura, acabamento impecável.
2	Bota de borracha branca: bota de borracha confeccionada em PVC injetado, cor branca, cano de comprimento aproximado de 325 mm, com forro interno em poliester, solado com desenho antiderrapante. Tamanho: nº 40.
3	Bota de borracha branca: bota de borracha confeccionada em PVC injetado, cor branca, cano de comprimento aproximado de 325 mm, com forro interno em poliester, solado com desenho antiderrapante. Tamanho: nº 42.
4	Bota de borracha branca: bota de borracha confeccionada em PVC injetado, cor branca, cano de comprimento aproximado de 325 mm, com forro interno em poliester, solado com desenho antiderrapante. Tamanho: nº 44.
5	Bota de segurança com elástico lateral, bico de PVC e solado em PU bidensidade. Características do produto: material: couro resistente e flexível; Bico: bico de PVC para maior proteção contra impactos leves; Solado: PU bidensidade, resistente a escorregamentos e abrasão. Elástico lateral: para fácil ajuste e praticidade no dia a dia. Certificado de Aprovação (C.A): 48413. Referência: Bracol. Tamanho: nº 40.
6	Bota de segurança com elástico lateral, bico de PVC e solado em PU bidensidade. Características do produto: material: couro resistente e flexível; Bico: bico de PVC para maior proteção contra impactos leves; Solado: PU bidensidade, resistente a escorregamentos e abrasão. Elástico lateral: para fácil ajuste e praticidade no dia a dia. Certificado de Aprovação (C.A): 48413. Referência: Bracol. Tamanho: nº 42.
7	Bota de segurança com elástico lateral, bico de PVC e solado em PU bidensidade. Características do produto: material: couro resistente e flexível; Bico: bico de PVC para maior proteção contra impactos leves; Solado: PU bidensidade, resistente a escorregamentos e abrasão. Elástico lateral: para fácil ajuste e praticidade no dia a dia. Certificado de Aprovação (C.A): 48413. Referência: Bracol. Tamanho: nº 44.

8	Bota de pescador tipo pantaneiro, perneira de segurança até o joelho 100% impermeável com bota de PVC acoplada através de solda eletrônica e com ajuste através de cordão. Indicado para pesca, limpeza e outras atividades de contato com líquidos, ambientes úmidos e pantanosos. Especificação técnica: CA: 28121; Biqueira: Sem bico de aço, Couro do cabedal: PVC, Forração: Sim; Cor: Preta; Cano com aproximadamente 60 cm de altura. Tamanho: nº 42.
9	Capa de chuva, material PVC, cor amarela, com capuz e manga. Tamanho: GG.
10	Chapéu de palha aba larga estilo peruano, possui acabamento na borda para não desfiar; tamanho único; diâmetro: 44cm. Ideal para pescaria, jardinagem e atividades expostas ao tempo. Proporciona proteção contra sol e sereno.
11	Cinturão de segurança com talabarte duplo em Y, com 4 pontos de ancoragem, trava dupla de absorvedor de energia, proteção contra quedas acima de 2 metros, cinto com apoio lombar super confortável, talabarte com trava de 55 mm.
12	Colete jaleco salva vidas, classe III, confeccionado em polietileno, cor laranja, equipamento de segurança essencial para atividades aquáticas em águas abrigadas, como rios, lagos, represas e beira-mar. Homologado pela Marinha para navegação interior. Fabricado com base nos requisitos SOLAS da IMO (Organização Marítima Internacional) para uso em navegação interior conforme determinação em lei da Marinha Brasileira. Item de segurança e salvatagem. Principais características: apito laranja com amarração e bolso; três fechos acetal 40 mm para ajuste de cintura e peito, dois fechos acetal 25 mm nas fitas entrepernas; tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e entrepernas; acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Tamanho: G. Suporta até: acima de 110 Kg. Referência: Marca Ativa.
13	Cartucho químico indicado para proteção respiratória contra vapores orgânicos e gases ácidos, utilizado com respiradores semifaciais e faciais inteiras. O cartucho pode ser utilizado para concentrações de vapor de até 10 vezes o limite de exposição permissível (PEL) usando-se peças semifaciais, ou até 100 vezes o PEL quando se usa peças faciais inteiras com testes quantitativos de ajuste. ABNT NBR 13696. Compatibilidade: máscara 3M, modelo 6003.
14	Macacão jardineira de PVC com bota acoplada emborrachada, com bolso interno, cordão para ajuste ao peito e suspensório com engate e ajuste de tamanho. Informações técnicas: Espessura do Material: 0,80 mm; certificado de aprovação: 28.118; Cor: verde; com botas de borracha tamanhos: 44.
15	Luvas de segurança para proteção das mãos contra agentes químicos, em látex sintético nitrílico, palma antideslizante, tamanho G. CA: 33334.
16	Luvas em látex 100% natural, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; superfície lisa. Lubrificada com pó bio-absorvível; atóxica e apirogênica; descartável e de uso único. Aprovadas pelo Ministério do Trabalho (CA): 29.996; Registro Ministério da Saúde (M.S.): 40151900. Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação ou materiais. Validade mínima de 2 anos na data de entrega. Tamanho: G. Caixa com 100 unidades (50 pares). Referência: Descarpac.
17	Par de luva de látex, cano longo e sem forro. Punho com virola que prende-se ao antebraço. Antiderrapante extra. Tamanho M.
18	Luva em látex natural, lisa, interior flocado, palma antiaderente, comprimento 31 cm, espessura 0,50mm, tamanho GRANDE, nas cores verde ou amarela. Padrão Mucambo.
19	Luva de segurança confeccionada em vaqueta asa natural, com reforço palmar interno, com elástico embutido no dorso e acabamento em viés laranja. Costuras com linha de nylon. Comprimento 25 cm. Tamanho único.
20	Luva de raspa cano longo (20 cm) com tira de reforço externo em raspa entre os dedos polegar e indicador. CA: 26749.
21	Luva de cozinha industrial térmica até 250°, modelo 5 dedos, comprimento da luva 45 cm, cor azul, impermeável. Certificado de aprovação: 28689. Luva de segurança confeccionada em tecido especial com tratamento impermeabilizante em silicone; forração destacável, com uma camada em não tecido de fibra de poliéster e uma camada de tecido de algodão com tratamento impermeabilizante em silicone.
22	Luva tricotada (par), luva de segurança tricotada em quatro fios de algodão, acabamento em overloque, punho com elástico, pigmentos de PVC na cor preta na palma e nos dedos.
	Luvas em látex 100% natural, sem pó, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; superfície lisa, punho com bainha, espessura mínima: 0,08 mm, cor: natural, comprimento: 23 cm. Registro no Ministério da Saúde (M.S.) Informações sobre procedência e validade impressas

23	na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação. Validade mínima de 2 anos na data entrega. Tamanho: M. Caixa com 100 unidades (50 pares). Referência: Medix.
24	Luvas em látex 100% natural, sem pó, não estéril, ambidestras, resistentes, com tensão de ruptura mínima, atendendo ao padrão 1.5 AQL; superfície lisa, punho com bainha, espessura mínima: 0,08 mm, cor: natural, comprimento: 23 cm. Registro no Ministério da Saúde (M.S.) Informações sobre procedência e validade impressas na embalagem. Garantia contra defeitos de fabricação. Validade mínima de 2 anos da data entrega. Tamanho: G. Caixa com 100 unidades (50 pares). Referência: Medix.
25	Luva plástica transparente que protege os alimentos e produtos do contato das mãos, mantendo a higiene na atividade de contato ou manipulação de alimentos e/ou materiais. Tamanho único. Aplicação: restaurantes, confeitarias, cozinhas industriais, bufês, congêneres. Confortável, segura e resistente. Pacote com 100 unidades.
26	Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural curtida ao cromo, com reforço palmar interno, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés, costurada com linha de nylon, comprimento do punho 15 cm e 20 cm em raspa, com número do Certificado de Aprovação (C.A.), tamanho a definir. Marca de Referência: Luveq.
27	Lente escura para máscara de solda - Lentes IRUV para processos de soldagem. Usadas em máscaras, escudos e óculos de solda. Modelo: retangular. Tamanho: 51 mm x 108 mm. Tonalidade 10 e 12.
28	Lente redonda incolor 50 mm para óculos de solda maçariqueiro tipo concha.
29	Máscara descartável tripla camada com filtro com eficiência bacteriana, clips nasal e elástico. Produzido em TNT (Tecido não Tecido); composto em 100% de polipropileno atóxico; tecido anti-alérgico; não esterilizada; não inflamável. EFB = 96,9% - eficiência de filtragem bacteriana. Gramatura: 60g. Cor: branco. Embalagem c/ 100 unidades. Produto com registro na ANVISA.
30	Máscara cirúrgica descartável com clipe nasal ajustável totalmente revestido, atóxica, hipoalérgica, oferecendo filtragem de no mínimo 95% de eficácia. Com elástico; tripla camada com filtro que proporciona uma BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%; Tiras super resistentes de 40 cm de comprimento; Clips nasal de 14 cm de comprimento; Cor branca. Produto com registro na ANVISA. Caixa com 50 unidades. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.
31	Máscara de solda automática, com auto escurecimento e tonalidades fixas (tonalidade clara conforme DIN3 e tonalidade escura conforme DIN11). Carcaça fabricada em plástico antichama de elevada resistência e equipada com carneira articulada horizontal e verticalmente. Lente protetora em acrílico, removível para limpeza e resistente a impactos. Possibilidade de alimentação elétrica do filtro através de bateria e automaticamente, pela luz emitida pelo arco elétrico da solda. Proteção para raios ultravioletas e infravermelhos. Dimensões da lente: área de visão: comprimento entre 80 e 100mm, largura entre 45 e 60mm, espessura entre 4 e 6mm. Faixa mínima de temperatura de trabalho: de -15 a 60°C. Acompanha bateria interna de íons de lítio para alimentação elétrica da máscara. Deve possuir C.A. aprovado junto aos órgãos reguladores. Inclui manual de instruções em português e garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação.
32	Óculos de segurança confeccionado em policarbonato óptico, proteção: UVA e UVB; Filtro: 99,9%, cor da lente: fumê; Vedação: lateral; Armação: nylon.
33	Óculos de proteção ampla visão, com lente de proteção em policarbonato, com tratamento anti- risco, antiembaçante e UV, ventilação indireta, armação em silicone e elástico de memória ajustável. Acompanha bolsa em nylon para armazenagem. Lentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Oferece vedação cobrindo toda a região em torno dos olhos do usuário. Possui sistema de ventilação indireta. Modelo ampla visão oferecendo proteção além dos modelos comuns. Com tirante elástico que permite ajuste. .
34	Perneira de segurança confeccionada em duas camadas de material sintético, fixadas através de solda eletrônica; três hastes de polipropileno na parte frontal, costuras de viés nas bordas para arremate, fechamento traseiro através de velcro para proteção do usuário contra lesões provocadas por materiais e ou objetos cortantes, escoriantes, perfurantes e picadas de animais peçonhentos. CA 44234.
35	Protetor facial de segurança, constituído de carneira de plástico ajustável e visor transparente incolor com cerca de 195 mm de largura e 250 mm (10") de altura, visor preso à coroa por meio de rebites metálicos.
36	Creme protetor contra raios solares. Protege a pele contra a ação nociva dos raios ultravioleta dos tipos UVA e UVB emitidas pelos raios solares em

	atividades desenvolvidas a céu aberto. Ampla proteção UVB + Moderada Proteção UVA FPS 50, resistente a água, bisnagas com 120 g. Com CA (certificado de aprovação no MTE).
37	Respirador máscara 3M, semifacial 6200 completa; fabricado em elastômero de borracha de alta qualidade. Acompanha: 01 par de cartuchos químicos 6003 para gases ácidos/vapores orgânicos, 01 par de pré-filtros de algodão mecânico P2 5N11, 01 par de retentores 501. CA: 4115. Tamanho: P.
38	Respirador máscara 3M, semifacial 6200 completa; fabricado em elastômero de borracha de alta qualidade. Acompanha: 01 par de cartuchos químicos 6003 para gases ácidos/vapores orgânicos, 01 par de pré-filtros de algodão mecânico P2 5N11, 01 par de retentores 501. CA: 4115. Tamanho: M.
39	Respirador máscara 3M, semifacial 6200 completa; fabricado em elastômero de borracha de alta qualidade. Acompanha: 01 par de cartuchos químicos 6003 para gases ácidos/vapores orgânicos, 01 par de pré-filtros de algodão mecânico P2 5N11, 01par de retentores 501. CA: 4115. Tamanho: G.
40	Respirador descartável, classe PFF-2, para proteção contra: Poeira Tóxicas, Névoas, Fumos e Vapores Orgânicos. Respirador de formato dobrável sem manutenção. Fabricado com quatro camadas de materiais de não tecido, sendo a parte externa composta de não-tecido tratada com material para não absorção de fluidos líquidos que protege o filtro eletrostático e o material adsorvente carregado com carbono ativo. Internamente é adicionado não tecido anti-alérgico para contato facial. Neste conjunto são fixados uma válvula de exalação, duas tiras de elásticos sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto, e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal. Respirador testado conforme norma NBR 13698 para peças semi faciais filtrante. Indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras tóxicas como poeiras de grãos, cimento portland, névoas, e fumos metálicos até 10 vezes o seu limite de tolerância, pintura spray e conforto olfático de vapores orgânicos. Com CA (Certificado de aprovação no Ministério do Trabalho e Emprego).
41	Trava para proteção do interior do gabinete, cabos do mouse, teclado, monitor LCD e kit multimídia, com slot do tipo universal kensington. Composto por adaptador em zamak, fechadura de aço e chave micromecânica do tipo canhão.
42	Touca hospitalar, material : não tecido 100% polipropileno, modelo: com elástico em toda volta, cor : sem cor, gramatura : cerca de 20 g,m2, tamanho : único, tipo uso : descartável, característica adicional 01: hipoalergênica, atóxica, inodora, unissex.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente aquisição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.3.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale a dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.3.3. Terceiro, a exigência da garantia, em função dos fatores supracitados, pode representar diminuição do universo de interessados, comprometendo o caráter competitivo do certame.

4.4. FORMA DE PAGAMENTO

4.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.5. PRAZO DE PAGAMENTO

4.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

4.5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.5.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

4.6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.6.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

4.6.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

4.6.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

4.6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.6.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. 4.6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.6.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos, na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.7 ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

4.7.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento (parcial/total).

4.8 CESSÃO DE CRÉDITO

4.8.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

4.8.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

4.8.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

4.9 REAJUSTE

4.9.1. Não se aplica, pois o pagamento será realizado em parcela única, imediatamente após a entrega dos produtos.

4.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

4.10.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.10.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

4.10.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente;

4.10.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato ou instrumento equivalente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.10.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

4.10.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.11.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.11.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.11.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

4.11.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.11.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. 4.11.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

4.11.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

4.11.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

4.11.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.11.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.11.1.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.11.1.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

4.11.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.11.1.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.11.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.12 SANÇÕES

4.12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

4.12.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

4.12.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.12.3. dar causa à inexecução total do contrato;

4.12.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4.12.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4.12.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.12.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

4.12.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

4.12.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.12.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

4.12.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

4.12.10.2. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

4.12.10.3. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.13. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato deste Termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) nos casos em que o fornecedor: dar causa à inexecução parcial do contrato; dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato; fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos em que o fornecedor dar causa à inexecução parcial do contrato que cause

grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos em que o fornecedor apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato; fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

4.14 Na aplicação das sanções serão considerados:

4.14.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

4.14.2 as peculiaridades do caso concreto;

4.14.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4.14.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

4.14.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.15 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.16. A aplicação das sanções previstas neste Termo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

4.17 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

4.18 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

4.19 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

4.20 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

4.21. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) emissão do empenho ou aceite do instrumento equivalente, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s):

IFMG - CAMPUS BAMBUÍ. FAZENDA VARGINHA - RODOVIA BAMBUÍ/MEDEIROS, KM 05- BAMBUÍ-MG.

CEP: 38.900-000.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. FORMA/CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ /CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

7.11 Habilitação Jurídica:

7.11.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.11.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.11.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

- 7.11.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.11.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 7.11.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede,acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.11.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- 7.11.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivadona Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 7.11.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 7.11.10. . Habilitações fiscal, social e trabalhista:
- 7.11.11 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 7.11.12 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.11.13 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.11.14. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.11.15 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7.11.16. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.11.17. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.11.17.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 7.11.18. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.11.18.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- 7.11.19. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:erá exigida do fornecedor, ainda, a seguinte documentação complementar:
- 7.11.19.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
- 7.11.19.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 7.11.19.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.11.19.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

7.11.19.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.11.19.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;7.12.19.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.1.1.1 Gestão/Unidade: 26409 / 158275

8.1.1.2 Fonte de Recursos: 1000000000

8.1.1.3 Programa de Trabalho: **231470**

8.1.1.4 Elemento de Despesa: 339030

8.1.1.5 Plano Interno: LFUNCPO1BAN

8.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
FABIO MEDEIROS
Data: 07/05/2025 07:37:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIO MEDEIROS
Técnico em Segurança do Trabalho

Despacho: Processo SEI: 23209.001501/2025-39

RENATA DE CARVALHO FERREIRA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2025 às 09:02:20.

Despacho: Processo SEI: 23209.001501/2025-39

RODRIGO VIEIRA DE MELO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2025 às 08:59:33.